

UM ÍNDIO NA IMENSIDÃO "FARAÔNICA": O OLHAR EDUCACIONAL DO QUADRINHO TIKI SOBRE A RODOVIA TRANSAMAZÔNICA

AN BRAZILIAN NATIVE IN IMMENSITY "PHARAONIC": THE EDUCATIONAL LOOK OF COMIC
TIKI ABOUT TRANS-AMAZON HIGHWAY

Lucas Pimenta¹
Savio Queiroz Lima²

Resumo

O artigo tece reflexões sobre o uso das histórias em quadrinhos em sala de aula. Aborda as mudanças metodológicas ocorridas dentro dos campos científicos e a aceitação das histórias em quadrinhos enquanto instrumentos pedagógicos. Apresenta um histórico sobre o uso dos quadrinhos como mecanismo de aprendizado e as relações que as obras em quadrinhos têm com construção de imaginário e discurso. Analisa a Lei de Diretrizes e Bases e o Plano Curricular Nacional como institucionalização do uso das histórias em quadrinhos como instrumentos pedagógicos, bem como a listagem de obras em quadrinhos pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola do Fundo Nacional de Educação como sugestões de suporte de ensino. Aborda a história em quadrinhos Tiki: O Menino Guerreiro como exemplo do uso de quadrinhos como auxiliador intertextual dentro da sala de aula. Examina as relações entre a obra supracitada e o período histórico da Ditadura Militar no Brasil e a construção da Rodovia Transamazônica como possíveis elementos abordados na aplicação da obra no ensino de História e as relações sociais e humanistas que envolvem os povos indígenas das regiões cortadas pelas estradas e representadas na narrativa.

Palavras-chave: *Histórias em Quadrinhos, Instrumento Pedagógico, Ditadura Militar.*

Abstract

The article reflects on the use of comics in the classroom. Discusses the methodological changes within the scientific fields and the acceptance of comics as pedagogical instruments. Presents a history of the use of comics as a mechanism of learning and the relationships that are comic masterpieces with construction of imagery and discourse. Analyzes the *Brazilians Law of Guidelines and Bases* and the *National Curriculum Plan* as institutionalizing the use of comics as pedagogical instruments as well as a list of comic masterpieces by *Brazilian National Library Program* at the *National Found of Education in the School* as suggestions for teaching support. Discusses the comic book *Tiki: O Menino Guerreiro* as an example of the use of comics as intertextual supportive in the classroom. Examines the relationships between the above work and the historical period of military dictatorship in Brazil and the construction of the Trans-Amazon Highway as possible elements of the work covered by the application in the teaching of history and social and humanistic relationships involving the indigenous peoples of the amazon regions crossed by roads and represented in the narrative.

Keywords: Comic Books, Pedagogical Instruments, Military Dictatorship.

¹ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Jorge Amado em 2012, lucaspimenta.aps@gmail.com.

² Pós-Graduando em Estudos Africanos e Representação da África pela Universidade do Estado da Bahia. savio_roz@yahoo.com.br.

Considerações Iniciais

As histórias em quadrinhos já são instrumentos comumente usados em sala de aula, depois de longas e custosas querelas que pesquisadores empreenderam a partir da segunda metade do século XX. Através de uma História de acusações e perseguições de diversas naturezas, eis que o meio de comunicação que chamamos histórias em quadrinhos pôde desfrutar de proveitosa atenção dos meios acadêmicos e mesmo de branda respeitabilidade da sociedade na relação pedagógica.

O fato é que essas produções em quadrinhos fomentam leitura e criticidade, ainda que carreguem em seus discursos os traços inegáveis de seus enunciadores. Sua prática tende a equalizar outras maneiras de se transmitir informações, favorecendo seu uso em sala de aula e acusando, proveitosamente, que seus riscos discursivos são os mesmos de quaisquer outras produções humanas.

Para que o profissional possa usar esses instrumentos com eficiência, é preciso entender partes de seu histórico e compreender métodos inteligíveis de sua leitura, para obter uma resposta pedagógica. São, as histórias em quadrinhos (HQs), auxiliares de todo um projeto pedagógico e não devem existir na prática de ensino sem as devidas intertextualidades. A prática deve seguir tal premissa, para efetivar melhor sua aplicabilidade como instrumento pedagógico e não apenas como mecanismo de ensino através da simples ludicidade.

Ler quadrinhos é uma tarefa aparentemente fácil, por conta disso sua escolha em projetos pedagógicos parece igualmente simples. Entretanto, ao deparar com singularidades que apenas a mídia exige e que são, muitas vezes, assimiladas com eficiência pela prática de sua leitura, ou seja, quando o leitor aprende certas peculiaridades específicas através da prática constante. Leitores de histórias em quadrinhos eventuais certamente encontrarão dificuldades inerentes à narrativa visual.

Ainda assim, é preciso aprender a ler as histórias em quadrinhos antes de aplica-las como instrumentos pedagógicos. Aprender, também, a usa-la enquanto instrumento e não apenas uma oferta de prazer visual ou mesmo uma busca de objeto de leitura mais amena. O simples uso de histórias em quadrinhos não garante em momento algum a eficácia de sua aplicação em sala de aula, por conta disso uma generosa quantidade de trabalhos acadêmicos existem abordando esse assunto.

Histórias em Quadrinhos em Práticas Pedagógicas

As Histórias em Quadrinhos já há muito tempo possuem uma função além de apenas entretenimento e são utilizadas com caráter educacional em vários países desde meados do século passado. As primeiras revistas com essa preocupação educativa eram HQs com histórias biográficas sobre personagens históricos, adaptações literárias ou eventos reais (PATATI; BRAGA, 2006).

No Brasil, na década de 1950, a Editora Brasil-América (EBAL), publicava no país duas séries em quadrinhos com narrativas sobre fatos históricos e personalidades históricas, apresentando através da linguagem da nona arte, uma perspectiva abrangente a respeito de fatos e personagens do passado em períodos específicos. Obviamente tratavam-se de narrativas pretendidas históricas que abraçavam as estruturas de ensino do período, com os discursos hegemônicos da tradição historiográfica de carga positivista.

Mesmo com produções voltadas para o ensino da história brasileira, unificando prazer/entretenimento com aprendizagem, o Brasil, assim como diversos outros países do mundo, passou por um período de crítica aos quadrinhos e ampla censura. Para esse momento, foi criado um código de ética, com 18 artigos, para evitar que os quadrinhos apresentassem temas com violência e sexo explícito, ofensas morais a nação, aos pais, professores e religiões, criando um impacto negativo no imaginário popular e tornando as HQs um produto essencialmente infantil, que veio a macular as revistas em quadrinhos por décadas, como um produto cultural voltado exclusivamente para crianças.

Com o passar dos anos, com o final da ditadura militar brasileira³ e com novas produções chegando ao mercado nacional, os brasileiros foram tendo um leque maior de revistas em quadrinhos, com os mais variados temas, chegando às bancas de revistas, livrarias e lojas especializadas. O mercado ganhou um novo fôlego e com a redemocratização conquistou um novo patamar empresarial, permitindo outros mecanismos de investimento de acordo com o momento sociopolítico.

Essa grande variedade somada ao crescente número de acadêmicos pesquisando quadrinhos, chamou a atenção do governo federal que criou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), onde preveem o uso da arte sequencial⁴ como

³ Regime militar no Brasil que foi instaurado em 1º de abril de 1964 e durou até 15 de março de 1985.

⁴ Termo criado pelo quadrinista estadunidense Will Eisner, que refere-se às HQs. Para Eisner a arte sequencial é série de imagens dispostas em sequência.

recurso didático-pedagógico.

A LDB estabelece as diretrizes e bases educacionais nacional, tendo a educação como um processo formativo que abrange diversos setores da convivência humana nas instituições de ensino. Lei de número 9.394, em 20 de dezembro de 1996, apresenta em seu corpo textual, a necessidade de que na educação sejam inseridos artefatos culturais artísticos no ensino fundamental e médio.

Os PCN's, documentos elaborados entre os anos de 1995 e 1997, no governo do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, sendo o ministro da educação Paulo Renato Souza, justificam e fundamentam as opções educacionais feitas nas diversas áreas de ensino, como suporte referencial de qualidade aos profissionais na execução de seus trabalhos, buscando uma estruturação, reestruturação e padronização dos currículos escolares no Brasil.

Com leis que regularizam o ensino e adotam as histórias em quadrinhos como importante elemento de auxílio as práticas educativas, o governo federal, que já havia criado em 1997 o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) com a função de promover o hábito da leitura e o acesso à cultura e informação, passou a adquirir em seus editais de compra, histórias em quadrinhos desde o ano de 2006. O programa é mantido pelo Ministério da Educação através do FNDE (Fundo Nacional da Educação), que destina recursos financeiros para programas escolares.

Muitas HQs fazem parte dessas listagens de sugestões, onde obras em quadrinhos ganham espaço dentro dos limites que outrora eram apenas ocupados pela literatura convencional. Entre elas, e focando apenas obras de conteúdos no ensino de história, podemos citar *Asterix e Cleópatra*, dos franceses René Goscinny e Albert Uderzo; *O Nome do Jogo*, de Will Esiner; *Santô e os pais da aviação*, do brasileiro Spacca, e, do mesmo autor a obra *D. João Carioca: A corte portuguesa chega ao Brasil (1808-1821)*, parceria com a historiadora Lília Moritz Schwarcz. Também *A Turma do Xaxado*, do baiano Antonio Cedraz; *A História do mundo em quadrinhos: a Europa Medieval e os invasores do Oriente*, do estadunidense Larry Gonick. Como foge ao escopo desse artigo, citamos apenas algumas obras para exemplificar a iniciativa do governo federal juntamente com o ministério da educação (MEC).

Obras em quadrinhos surgem como transposições entre mídias, apropriando-se de textos literários, narrativas novelescas ou reflexões filosóficas, de seus formatos originais.

Exemplos diversos existem, como a obra *Filosofia em Ação*, de Fred Van Lente e Ryan Dunlavey⁵, e *Jubiabá*, de Jorge Amado⁶.

Especificando os tratos textuais que pretendem abraçar, em suas narrativas, uma pretensão mais coesa de servirem como fontes de conhecimento histórico, algumas obras em quadrinhos trazem narrativas históricas de momentos elegidos como importantes para os estudos históricos. Prática bastante comum nos mercados das histórias em quadrinhos, diga-se de passagem, que durante a segunda metade do século XX publicou selos específicos dessa pretensão narrativa, como as publicações *Grandes Figuras* da Editora Brasil-América Limitada (Ebal). Cada momento trouxe discursos presentes aos seus momentos sociais.

O fantástico das histórias em quadrinhos, da literatura, do cinema e outras tantas formas de arte, é levar seus apreciadores para mundos desconhecidos, terras distantes, povos e culturas diferentes. Essa busca pelo reconhecível é mecanismo comum até mesmo quando a narrativa busca tratar de uma realidade fantástica ou de ficção científica, produzindo estruturas reconhecíveis mesmo em ambientações alienígenas ou futuristas. O passado e a cultura do outro segue a mesma premissa, carregando tudo de posicionamentos e discursos.

Essa possibilidade narrativa permitiu que dois jovens italianos, no distante ano de 1976 resolvessem falar sobre um indiozinho carajá, no meio da floresta amazônica, no centro político daquilo que viríamos a conhecer como Rodovia Transamazônica. Tais traços narrativos são frutos de escolhas que não se limitam aos discursos comumente usados ao descrever sociedades nativas e marginalizadas.

Quando Giancarlo Berardi, roteirista do álbum *Tiki: O Menino Guerreiro* leu que a rodovia seria aberta à base de bombas de napalm, o autor resolveu contar uma história que envolvesse os povos indígenas brasileiros na região, usando como pano de fundo uma denúncia contra o “progresso” da civilização branca, que não se preocupava com os custos de vidas humanas, que um projeto como esse acarretava. Uma história que mostra, através do olhar de um jovem índio, o genocídio cometido contra os nativos da terra.

Na Europa, Tiki teve seis episódios narrados no periódico *Giornalino*, uma famosa revista em quadrinhos católica, e apesar do sucesso de crítica e do interesse dos autores em continuar com as aventuras do indiozinho, Berardi e Ivo Milazzo (desenhista) foram

⁵ Lançado em 2008 pela Gal editora.

⁶ Lançada pela Editora Companhia das Letras em 2009.

“obrigados” a finalizar a trama, pois o editor da revista queria em Tiki, uma espécie de Tarzan⁷, o que para os autores seria uma demasiada afronta diante da respeitabilidade pretendida na representação de um indivíduo e sua sociedade, em proativas pesquisas realizadas por ambos.

Apesar de estrangeiros, e criando uma obra ficcional, os autores tiveram uma preocupação em tornar a história de Tiki o mais verossímil possível, ambientando a trama no contexto real político e social em que o Brasil se passava na década de 1970. Um fato importante é que surge uma ponderada caracterização de Tiki, baseado num índio Carajá, com costumes da tribo, e que “fala, pensa e vive como um índio que jamais entrou em contato com a nossa civilização”⁸.

Mesmo dentro dos limites da representação, fruto de rompimentos com os discursos mais favorecidos pelo senso comum, os esforços dos autores conseguem transmitir perceptível pesquisa. A antropologia, na década de 70, já ofertava estudos proveitosos em diversos suportes possíveis à apropriação que os autores fazem de um imaginário menos poluído de estereótipos. Conflitando justamente com o imaginário mais usual dentro das narrativas do entretenimento, bastante presente nas representações visuais de povos tidos pelos pensamentos que hierarquizam as sociedades como “primitivos”.

Este enriquecido fator de responsabilidade de informação já favorece o uso da obra em quadrinho como funcional dentro das expectativas de prática pedagógica. A narrativa oferece elementos cognitivos suficientes para que o leitor aproprie-se de conhecimento através da simplicidade, casando com eficiência a equalização do visual e do textual na produção de uma ambientação verossímil. Dessa forma, a produção de criticidade e a busca por lacunas que possam existir pela curiosidade do leitor, fomentam a intertextualidade da obra em quadrinho com textos, filmes, etc.

A cognição está como um dos mais importantes instrumentos dos processos de aprendizagem. O uso das histórias em quadrinhos como instrumento auxiliador, não isolado de outras práticas, fornece essa percepção visual como parte do acúmulo de conhecimento através de interpretações e sensações com imagens e os textos. E a narrativa ficcional oferta

⁷ Personagem de ficção criado pelo escritor estadunidense Edgar Rice Burroughs, na revista pulp *All-Story Magazine* em 1912, em formato livro e depois se tornando sucesso em outras mídias como quadrinhos e cinema.

⁸ Júlio Schneider e Francesco Manetti são autores do posfácio presente na edição brasileira de *Tiki: O Menino Guerreiro*.

uma espécie de laboratório imaginário de situações possíveis de reflexão.

O trato com a narrativa envolvendo um jovem índio tece uma rede prática de estudos e de ensino. O uso da narrativa aplica-se como leitura suplementar sobre História do período da Ditadura Militar, no caso, o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici entre os anos de 1969 e 1974. Especificamente sobre a construção da Rodovia Transamazônica, que objetivava ligar o norte do país à costa marítima, atual BR-230, num estudo sobre política e ocupação de espaço territorial. Também a relação de choques culturais entre povos autóctones brasileiros e populações urbanas.

Dentre as opções sugeridas acima, o campo de maior destaque se dá, preferivelmente, aos estudos sobre Ditadura Militar. A construção da longa rodovia fez parte do Plano de Integração Nacional através do Decreto-Lei Nº1106 de 16 de julho de 1970. Dentro da proposta de ligar os estados brasileiros e se evitar uma fragmentação política, a estratégia de ocupações das áreas desfavorecidas da administração pública serviriam para a ampliação do controle e para o fortalecimento de uma identidade nacional. Podemos pensar slogans da época, como “integrar para não entregar” e “uma terra sem homens para homens sem terra”, e relacionar aos estudos históricos presentes no planos de aula (CHAVES, sd)⁹. A conexão entre o conhecimento sobre programa político de ocupação do espaço físico com a história em quadrinhos produz apelo de leitura.

O mesmo se dá quando o assunto a ser abordado é a relação da política do período com a demarcação e tratamento aos povos indígenas. Ao se pensar a ocupação de territórios, através do PIN, leva-se em conta as relações com as sociedades humanas pertencentes ao lugar, numa nova onda de colonização com traços capitalistas e neoliberais. Para atender exigências representativas, o PIN tem vinculado em seus procedimentos a Fundação Nacional do Índio¹⁰ de 1967, produto do Serviço de Proteção ao Índio criado em 1910, para garantir confiabilidade junto à opinião pública.

A interdisciplinaridade permite até mesmo o uso da mesma obra em quadrinhos por várias matérias curriculares. Dos estudos relacionados à Geografia Humana às Artes e suas representações, isso apenas escapando do controle uníssono da História. Obviamente os espaços que estudam as relações humanas são primordiais nas leituras reflexivas da história em quadrinhos.

⁹ O autor, entretanto, indica o texto de Yuri Castelfranchi como fonte de citação (CASTELFRANCHI, 2003).

¹⁰ Fundada em 1967. Tem histórico em seu domínio virtual: <http://www.funai.gov.br/>.

São exemplos diversos de modalidades a se trabalhar com a história em quadrinhos central neste texto. Tiki é uma escolha editorial intencional, buscando não apenas permitir o acesso a um material rico que fora deixado longe do mercado nacional por óbvios motivos, como, também, pelo teor que se propõe. Corrobora com uma visão diferenciada do comumente discursado quando se fala sobre representações de outras culturais em histórias em quadrinhos.

Neste texto, vem não apenas como sugestão de abordagem de obra em quadrinhos em sala de aula como pretensão de legitimar sua aplicabilidade como instrumento pedagógico. De forma honesta, tal reflexão não sofre de nenhuma posição forçosa diante das análises produzidas e pode, eventualmente, ganhar outras reflexões e tratos investigativos em eventos acadêmicos diversos que já aceitam as histórias em quadrinhos como fonte de conhecimento e aprendizado.

Considerações Finais

Não são esgotadas as amplas possibilidades de se refletir, questionar, ponderar, o uso das histórias em quadrinhos como ricos materiais pedagógicos nas diversas etapas do ensino e da aprendizagem, nos diversos campos do conhecimento. São, antes de tudo, construtos midiáticos, por conta disso não carregam inerentes a sua natureza uma hierarquia que lhes confere status acima ou abaixo de outras mídias. Histórias em quadrinhos não são inferiores aos textos literários e nem acima de produções cinematográficas. Essas hierarquias são apenas discursos de valores que buscam equalizar de formas desastrosas as mídias conforme suas funcionalidades.

A permissividade dos espaços políticos, na apropriação dessa vertente instrumental, na construção social do conhecimento, através de leis e projetos, bem como da ampliação consciente dessas possibilidades pelos profissionais da educação, já demonstra um avanço mais que significativo. A presença de histórias em quadrinhos em listas de opções de material útil ao educador já se configura numa melhora dessa condição marginal por muito tempo imposta aos quadrinhos.

Cabe, aqui, não apenas fazer uma avaliação de obra em quadrinhos como elemento auxiliador em sala de aula, mas de entender mecanismos de sua aplicação. O PNBE listou diversas obras que estão presentes em bibliotecas de escolas públicas pelo Brasil, mas sua

prática enquanto instrumento pedagógico vai além da sua simples existência em prateleiras. O profissional precisa ler, interpretar e tecer criticidades diante do objeto, precisa construir aulas dinâmicas e não apenas uma leitura forçosa de material entendido como mais palatável por ser entretenimento.

A proximidade clara com a obra Tiki, ainda que a mesma não esteja presente na lista, é um exemplo de uso prático e uma sugestão para que seja inserida. O profissional na área de educação que decida utilizar histórias em quadrinhos na sala de aula precisa debruçar suas atenções nas publicações selecionadas para poder ter acesso às informações possíveis que possam ser obtidas. São exigências comuns a outros mecanismos, como o próprio texto literário histórico, canonizado como clássico e entendido como indispensável.

Referências

BARBOSA, Alexandre; RAMOS, Paulo; VILELA, Tulio; RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro (Orgs.). *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. 3ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BERARDI, Giancarlo; MILAZZO, Ivo. *Tiki: O Menino Guerreiro*. Salvador: Quadro a Quadro, 2013.

BRASIL. Secretaria de educação fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Portal Planalto, Presidência da República – Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acessado em 29 de julho de 2014.

CASTELFRANCHI, Yuriy. *Poeiras e esperanças na Transamazônica de hoje*. Disponível em <<http://www.comciencia.br/200404/reportagens/07.shtml>> Acessado em 13 de julho de 2014.

CHAVES, Ernani. *Na estrada da vida: A transa-amazônica de Paula Sampaio*. Disponível em: <http://www.revistacinetica.com.br/cep/ernani_chaves.htm> Acessado em 13 de julho de 2014.

NETO, Thiago Oliveira. *Rodovia Transamazônica: Falência de um grande projeto geopolítico*. In: *REVISTA GEONORTE*, Edição Especial 3, V.7, N.1, 2013.

PATATI, Carlos e BRAGA, Flávio. *Almanaque dos Quadrinhos: 100 anos de uma mídia popular*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo. *Quadrinhos na educação: da rejeição à prática*. São Paulo: Contexto, 2009.